

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.879 - MG  
(2019/0193072-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : O B C**  
**ADVOGADO : RENATO SIDNEY DELAVIA - MG083417**  
**AGRAVADO : E S DE A**  
**ADVOGADO : GUILHERME JARIA BARBOSA - MG175893**

## **EMENTA**

PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INJÚRIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ATIPICIDADE. *ANIMUS INJURIANDI*. VERIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem rejeitou a queixa-crime por entender atípica a conduta imputada ao querelado (ausência de justa causa). Destacou não estar caracterizado o dolo específico de ofender a honra do querelante e que as palavras deselegantes foram emitidas no contexto (*animus criticandi*) da ação indenizatória sob seu julgamento, o que remete à imunidade funcional prevista no art. 142, III, do Código Penal.

2. No peculiar caso dos autos, a verificação da presença do *animus injuriandi* não pode ser extraída apenas da simples leitura da peça acusatória. É imprescindível a verificação do contexto em que foram proferidas as expressões tidas por injuriosas, para se contrapor à conclusão da Corte de origem de se tratar de legítimo exercício do ofício judicante. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

